



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

SS9
M

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0004276-63.2010.8.17.1590 (286891-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
ADVOGADO : ANA CLAUDIA DANTAS SENA
AGRAVADO : CELMA JAEL DE LIMA FARIAS E OUTROS
ADVOGADO : ARISTIDES JOAQUIM FÉLIX JÚNIOR
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ENTE MUNICIPAL.

I – O Município é parte legítima para figurar no polo passivo da ação que visa à restituição de descontos indevidamente realizados, a título de contribuição previdenciária, na folha de pagamento do servidor contratado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

II – Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

Jorge Américo P. de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

560
N

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0004276-63.2010.8.17.1590 (286891-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
ADVOGADO : ANA CLAUDIA DANTAS SENA
AGRAVADO : CELMA JAEL DE LIMA FARIAS E OUTROS
ADVOGADO : ARISTIDES JOAQUIM FÉLIX JÚNIOR
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Legal interposto pelo Município de Vitória de Santo Antão em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557 do Código de Ritos, deu parcial provimento ao recurso de apelação nº 286891-3.

2. A sentença, guerreada pelo referido apelo, condenou solidariamente, o Município de Vitória de Santo Antão e a autarquia municipal VITORIAPREV à restituição das verbas previdenciárias indevidamente descontadas em folhas de pagamento (cf. fls. 502/504).

3. Irresignado, o Município de Vitória de Santo Antão interpôs apelo voluntário, que, com esteio no art. 557 do Código de Processo Civil, foi parcialmente provido tão somente para determinar que o termo *a quo* dos juros de mora incidentes sobre a restituição das contribuições previdenciárias descontadas indevidamente pela Municipalidade fosse a data do trânsito em julgado da sentença, conforme inteligência da Súmula 188 do col. Superior Tribunal de Justiça.

4. Ato contínuo, ingressou a Municipalidade com o presente Agravo Legal, no qual, em síntese, sustenta sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda, porquanto os descontos previdenciários, realizados de forma supostamente indevida, seriam de responsabilidade da VITORIAPREV.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

Jorge Américo P. de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

361
M

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0004276-63.2010.8.17.1590 (286891-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
ADVOGADO : ANA CLAUDIA DANTAS SENA
AGRAVADO : CELMA JAEL DE LIMA FARIAS E OUTROS
ADVOGADO : ARISTIDES JOAQUIM FÉLIX JÚNIOR
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ENTE MUNICIPAL.

I – O Município é parte legítima para figurar no polo passivo da ação que visa à restituição de descontos indevidamente realizados, a título de contribuição previdenciária, na folha de pagamento do servidor contratado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

II – Agravo Legal desprovido.

Vistos e examinados etc.

1. Não obstante os argumentos coligidos pelo Município Agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta encontra-se em plena consonância com a remansosa jurisprudência desta col. Corte de Justiça Estadual.

2. Consoante se depreende dos autos, trata-se de ação de cobrança de verbas oriundas de liame de natureza jurídico-administrativa, mantido entre o Município de Vitória de Santo Antão e a Parte Autora, por meio de contrato por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

3. Acerca das razões recursais pelo reconhecimento da ilegitimidade do Município de Vitória de Santo Antão para responder pelos descontos indevidamente realizados na folha de pagamento dos Autores/Agravados, estas não merecem guarida.

Explico.

4. Nos termos do art. 4º, alínea "e", da Lei nº 2.861/2001, editada pelo Município de Vitória de Santo Antão, os contratados por tempo determinado

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme autoriza o art. 37, IX, da Constituição Federal, ficam vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Entrementes, o Município, além de promover o desconto da contribuição previdenciária destinada ao Regime Geral da Previdência Social (INSS), descontou indevidamente da remuneração dos Autores a contribuição previdenciária para custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município (gerido pela VITORIAPREV).

Sendo assim, não há como afastar a responsabilidade do Município, ora Apelante, pelos descontos indevidamente realizados, a título de contribuição previdenciária, na folha de pagamento da Parte Autora; mostrando-se, portanto, como parte legítima para figurar, solidariamente, no polo passivo da ação, quanto a tal pleito.

Nesse mesmo sentido, tem decidido esta col. Corte de Justiça Estadual:

RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. CONDENAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS EFETUADOS INDEVIDAMENTE. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO CABIMENTO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. NÃO APLICAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE.

(...)

4- No tocante a contribuição previdenciária repassada ao VITORIAPREV e da devolução dos valores cobrados, resta claro que o Município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto previdenciário na folha de pagamento, vez que a autora já contribuía perante o INSS (Regime Geral de Previdência Social) e, sendo assim, não poderia contribuir com o VITORIAPREV, destinado a segurar, exclusivamente, os servidores efetivos do Município. Portanto, não há como excluir da lide a Municipalidade;

5- Ora, o Município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto previdenciário na folha de pagamento, vez que a autora já contribuía perante o INSS (Regime Geral de Previdência Social) e, sendo assim, não poderia contribuir com o VITORIAPREV (Regime Próprio de Previdência Social), destinado a segurar, exclusivamente, os servidores efetivos do Município;

(...)

(TJPE, RA 244289-3/01, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 1ª Câmara de Direito Público, Julgado em 22.05.2012).

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA QUE DEU PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO EFETUADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MUNICÍPIO QUANTO AOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS A TÍTULO DE VITÓRIA-PRÉV EFETUADOS NA FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIO. FÉRIAS E GRATIFICAÇÃO NATALINA DEVIDAS. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR. INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO. SÚMULA 188 DO STJ. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE POR UNANIMIDADE.

(TJPE, RA 0251804-1/01, rel. Des. Antenor Cardoso Soares Júnior, 1ª Câmara de Direito Público, Julgado em 18.05.2012).

5. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator